ATA Nº 62 DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ, realizada em trinta de novembro de dois mil e dez (30-11-2010), tendo na Presidência o Vereador Cláudio Ponciano, na Vice-Presidência, o Vereador Carlos da Silva Rufato e na Secretaria, a Vereadora Rosângela Maria Alfenas de Andrade. Às 19 horas, o Presidente faz a abertura dos trabalhos em nome do Povo e do Município de Ubá, invocando a proteção de Deus. A seguir a Sra. Secretária faz a chamada nominal dos Senhores Vereadores constatando-se a ausência dos vereadores Luiz Alberto Gravina, Maurício Valadão e Vinícius Samor. A presente sessão, realiza-se em atendimento ao Requerimento aprovado por unanimidade por este plenário, de autoria do vereador Paulo César Raymundo, e visa discutir ações na área da saúde no município de Ubá. Para Tanto, foram remetidos convites a vários segmentos da área de saúde para participarem da presente reunião, sendo eles: o Prefeito Municipal Vadinho Baião, o Secretário Municipal de Saúde, Lauro Henrique Guimarães Corrêa, o Assessor Técnico em Saúde II, Thiago de Castro, o Diretor-Gerente da Divisão de Planejamento e Gestão Pública, Kleber Almeida Pepe, a Assessora Técnica em Saúde III, Maria Inês Martins, o Presidente da Associação Médica de Ubá e Região, Herculano Deni da Silva, o Presidente do Conselho Municipal de Saúde, José Geraldo Faria, a Diretora da GRS/Ubá, Mônica Vallone Espósito Marchi (que foi representada pela Sra. Célia Maria Calderano Gonçalves dos Santos), o Presidente da Associação Beneficente Católica, Fabiano dos Santos, o Provedor do Hospital São Vicente, Daniel Levindo Coelho (representado pela Sra. Adriane Jane de Almeida), o Diretor da Clínica São Januário, Dr. Fernando Fortucci (que não esteve presente e nem enviou representantes), a Coordenadora do PSF, Márcia Mizael Camargo Rocha, o Presidente da Sociedade Beneficente Anália Franco, Caio Monteiro de Barros Filho (representado pelo Sr. Ewerton Weber), e o Presidente do Sindicato Rural, José Januário Carneiro Neto. Além disso, fizeram parte da reunião os Srs. Antônio Queiroz, Presidente da ABO, e o Sr. José Flávio Expedito, Ouvidor Municipal de Saúde. O presidente convida os convidados para tomar assento ao lado da mesa diretora e em seguida para a palavra ao Vereador Paulo César Raymundo, autor da proposta, para proceder à saudação aos convidados e fazer as colocações e considerações iniciais sobre o tema em pauta. Em seguida, a palavra é concedida ao Secretário Municipal de Saúde, Lauro Henrique Guimarães Corrêa, que inicia sua fala dizendo que, no que diz respeito ao atendimento pediátrico no município, a Prefeitura concluiu um processo de credenciamento que resultou na contratação de 3 novos profissionais para a área. O vereador Jorge Gervásio pergunta se os médicos contratados atenderão em postos de comunidade ou se ficarão em postos centrais para atender toda a população. O Secretário afirma que, inicialmente, esses médicos atenderão nos postos dos bairros Cohab, Vila Casal e São Sebastião. O vereador Carlos Rufato pergunta se já existe algum planejamento para instalar postos de atendimento médico nos distritos de Ubá como Diamante, Miragaia e Ubari. O Secretário diz que existe uma dificuldade em relação ao atendimento na zona rural, pois esses profissionais não são fixos para cada distrito, trabalhando em sistema de rodízio, ou seja, cada dia atendendo em uma localidade. A palavra é concedida ao representante do Hospital Santa Izabel, Fabiano dos Santos, que afirma saber que todos querem o melhor sistema de saúde possível, mas que não existe recurso suficiente na União que permita bancar todas as despesas na área de saúde. Ele acredita que antes de tentar resolver os problemas, melhor seria combater as causas. E para ele, a causa é a falta de recursos financeiros no Orçamento da União para o Ministério da Saúde e também para os Estados já que o problema não é regional e sim nacional. Ele aproveita para citar o Projeto de Emenda Constitucional nº 29 e a importância de que ela seja aprovada, pois ela define para União, Estados e Municípios, os percentuais que deverão ser aplicados na área da saúde além de definir o que seriam os gastos da saúde, evitando que despesas diversas possam ser contabilizadas no orçamento do setor. A seguir a palavra é concedida ao representante do Conselho

Municipal de Saúde que esclarece quais são as atribuições do Conselho e a forma como ele atua na cidade. A palavra é concedida ao Assessor da Secretaria Municipal de Saúde, Thiago de Castro, que fala sobre o atendimento de urgência e emergência dos hospitais. Ele afirma que os hospitais são obrigados a prestar o atendimento de urgência e emergência, já que eles recebem recursos do PRO-URGE para tal. Ele concorda que os hospitais encontram-se sobrecarregados e acredita que estão faltando propostas e empenho para solucionar a situação. Ele aproveita para frisar a importância de se investir na medicina preventiva, que diminuiria em muito a necessidade da medicina curativa. Sobre o problema do atendimento para a população da zona rural, levantado pelo vereador Carlos Rufato, o convidado informa que está sendo feito um Plano Municipal de Saúde, que tem por objetivo territorizar todos os pontos de atendimento do município e suas respectivas áreas de abrangência. Ele acredita que a partir desse levantamento será possível identificar se cada unidade atende ou não a demanda que lhe é requisitada e se o local onde está implantada permite fácil acesso pela população a ela destinada. Desta forma, haverá uma melhoria não só nas condições de atendimento para população da zona rural, mas também a população em geral do município. O representante da Secretaria Municipal de Saúde aproveita para falar sobre o programa Saúde da Família. Ele informa ser histórica, dentro do município, a falta de estrutura disponível nas unidades que atendem ao programa e que isso é devido ao descaso das administrações passadas. O Sr. Fabiano dos Santos, representante do Hospital Santa Izabel, pede a palavra e afirma que o representante da Secretaria de Saúde está mal informado. Ele afirma que os serviços de atenção básica não são função dos hospitais. No entanto, o atendimento de urgência e emergência é função dos hospitais desde que o paciente seja triado e encaminhado para o hospital. Sobre o dinheiro que o hospital recebe do PRO-URGE, ele afirma que não é suficiente sequer para atender as exigências de contratação de pessoal que o programa exige. Ele continua dizendo que o Hospital Santa Izabel tem feito muito mais do que seria sua responsabilidade se fosse levar em conta o que ele recebe para a prestação de serviço. O Secretário de Saúde pede a palavra e afirma que não houve intenção, por parte do Assessor da Secretaria, de questionar o importante papel que o Hospital Santa Izabel desempenha junto a população e pede compreensão ao Sr. Fabiano dos Santos para que não fique nenhuma animosidade. O Assessor, Thiago, pede a palavra para se desculpar e ratificar as palavras do Secretário, afirmando que não teve intenção alguma de questionar o trabalho não só do Hospital Santa Izabel, mas como também do Hospital São Vicente. Em seguida, a palavra é concedida ao representante da Ouvidoria de Saúde, que faz a leitura de uma carta acompanhada de um abaixo-assinado feito pelos moradores do bairro Boa Vista, solicitando a instalação de um unidade de saúde que atenda à comunidade. O representante da Associação Médica de Ubá afirma que existe por parte da grande maioria dos médicos a vontade de poder atender sempre da melhor maneira toda a população. O grande problema é que o sistema de saúde encontra-se sobrecarregado o que leva a um excesso de consultas prestadas por cada profissional que implica na diminuição do tempo de atendimento que acabam levando a erros de diagnóstico e reclamação por parte da população. A palavra é devolvida ao Secretário de Saúde que diz que pelo menos a curto prazo é impossível atender ao abaixo-assinado do Bairro do Boa Vista, já que os duas próximas equipes de saúde da família serão instaladas no município serão no bairro Santa Edwiges – que receberá uma UBS tipo 2 - e no Pires da Luz – que terá uma UBS tipo 1. Ele aproveita para destacar que, atualmente, o estado de Minas Gerais aplica em torno de 7% dos seus recursos em saúde pública, quando deveria aplicar pelo menos 12%. Ele afirma que em 2009 o município de Ubá aplicou quase 23% de seus recursos na área da saúde e que até outubro de 2010, cerca de 21% do orçamento do município foi destinado ao setor, o que mostra que a esfera municipal é a que mais investe na saúde, tendo-se em vista que a União também deixa muito a desejar. Por fim, a palavra é concedida a vereadora Rosangela Alfenas que diz ter ficado chateada com as colocações feitas pelo Assessor Thiago, pois

ela acredita terem sido colocações muito infelizes. Ela sugere ao Assessor que, ao invés de ficar apenas apontando os problemas que todos já sabem que existe, ele comece a sugerir soluções, que é o que todos precisam para melhorar as condições da saúde pública no município de Ubá.Ele finaliza que o objetivo da reunião foi muito válido já que toda discussão no sentido de melhorar as coisas é sempre bem vinda, mas lamenta os rumos que a discussão tomou. O presidente faz as considerações finais, agradece a presença de todos e encerra a sessão às 21horas e 50 minutos.